



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Finanças

## NOTA TÉCNICA SEFAZ/SUBTES Nº 11/2021

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2021.

**Assunto:** Redução de Passivos com foco em Restos a Pagar.

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Esta Nota Técnica - NT tem o objetivo de apresentar o estoque de Restos a Pagar – RP do Estado do Rio de Janeiro e o programa para a redução destes passivos do Estado que tem como alvo a redução do estoque através de medidas de ajustes contábeis e leilão de pagamento para reduzir o passivo existente do ERJ com seus fornecedores, entre outras ações de curto médio e longo prazo a serem realizadas conjuntamente de modo a diminuir o passivo de RP.

1.2. Esta NT possui V seções. Após a introdução, a seção II apresenta a contextualização da trajetória do montante de Restos a Pagar. A seção III, por sua vez, apresenta a identificação do cenário atual. A seção IV contém as medidas de redução do estoque. Por fim a seção V, a conclusão deste trabalho.

### 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. A situação fiscal do Estado do Rio de Janeiro, que deprecou a decretação, pelo Poder Executivo, de estado de calamidade pública, sendo este reconhecido por meio da Lei nº 7.483, de 8 de novembro de 2016, e prorrogado por meio da Lei nº 7.627, de 9 de junho de 2017, devido às incertezas sobre a realização das receitas estaduais em decorrência do cenário econômico nacional, à diminuição de receita advinda dos royalties e participações especiais de exploração e produção de petróleo e gás natural e à grave crise econômica que assola o Estado.

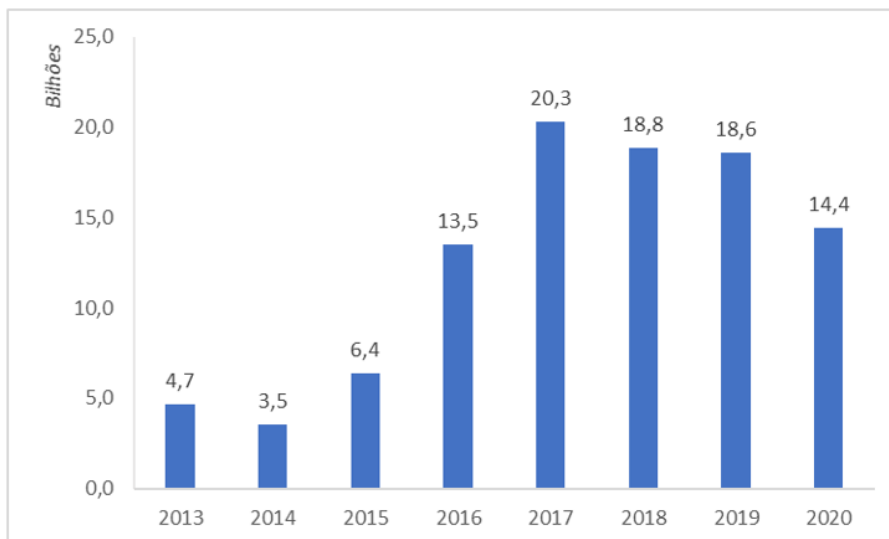
2.2. Inobstante a isso, ao longo do exercício de 2016 e 2017, decisões judiciais impetradas contra o Estado do Rio de Janeiro resultaram em arrestos financeiros superiores a R\$ 11,5 bilhões para pagamento do funcionalismo público, de medicamentos, de ações diversas e de requisições de pequeno valor (RPV), bem como para a execução de contragarantia contratual de dívida estadual e repasse duodecimal. Tais decisões impactaram não somente a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), mas também contas de terceiros, como de operações de crédito, cujos montantes estão vinculados a objetos específicos.

2.3. Assim, os órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio de Janeiro que sofreram bloqueios/arrestos/sequestros nos exercícios de 2016 e 2017, e não realizaram a regularização, deveriam baixar, em sua contabilidade, o ativo financeiro atingido, e transferir a pendência resultante para o Tesouro Estadual. Dito isto, frente ao grande número de bloqueios/arrestos/sequestros ocorridos nas contas estaduais, necessita-se correta regularização contábil da despesa (com base nas rotinas contábeis previstas pela Contadoria Geral do Estado), cuja identificação encontra-se comprometida.

2.4. Com o objetivo de regularizar as disponibilidades por fontes de recursos, é necessário apurar e identificar os arrestos, promover análises, controles orçamentários e contábeis, uma vez que é possível que existam eventuais obrigações pendentes do registro da confirmação de pagamento, porém já quitadas por meio de mandados de bloqueios/arrestos/sequestros.

2.5. Tanto pela falta de registro de confirmação de pagamento quanto pela insuficiência financeira para cumprimento das obrigações assumidas, resultou no aumento de inscrição de restos a pagar e consequentemente no estoque de restos a pagar, conforme demonstrado no Gráfico I, abaixo.

### GRÁFICO I – ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR



Fonte SIAFE-Rio

2.6. Momento em que se torna imperioso destacar o impacto negativo das decisões judiciais de arrestos de valores nas contas do Estado do Rio de Janeiro, tornando-as inacessíveis por 47 dias corridos, sendo praticamente um mês (26 dias corridos) entre novembro e dezembro. Tais decisões judiciais não apenas afetaram a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), mas também as demais contas do Estado, obstando, de modo inclusivo, a busca incessante pelo ajuste fiscal e o reequilíbrio financeiro.

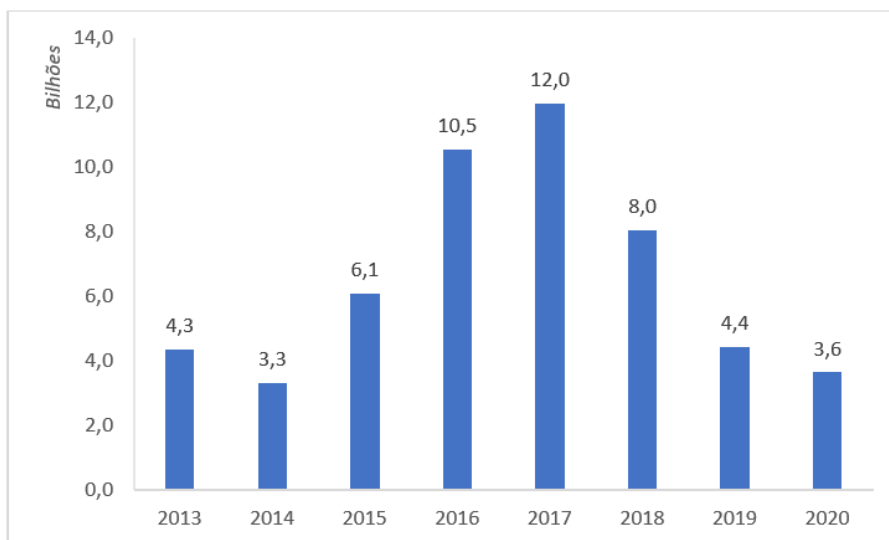
2.7. De fato, a situação fiscal do Estado foi amplamente divulgada quanto às dificuldades para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado, inclusive no tocante ao pagamento dos salários do funcionalismo público, mas é imprescindível destacar que o Governo buscou meios para evitar possível colapso ou quaisquer outras consequências que pudessem agravar ainda mais o presente quadro. É claro o objetivo de busca da restauração do cumprimento de suas obrigações, como tem feito, principalmente, em benefício das áreas prioritárias, como saúde, segurança, educação e previdência.

2.8. Em setembro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro teve homologado Plano de Recuperação Fiscal no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, instituído por meio da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, regulamentado pelo Decreto Federal nº 9.109, de 27 de julho de 2017, que envolve a ação planejada e transparente de todos os Poderes, órgãos, entidades e fundos dos Estados e do Distrito Federal para sanar os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas e estipula a implantação de medidas emergenciais e reformas institucionais ao ente que aderir.

2.9. Tal Plano de Recuperação Fiscal exigiu ajuste rigoroso por parte do Estado do Rio de Janeiro. De fato, todos os esforços foram envidados pelo Governo Estadual para voltar a pagar as contas em dia e, portanto, regressar à normalidade. Portanto, aos poucos, o retorno à trajetória de recuperação das finanças públicas do Estado, permitiu o ajuste fiscal e o reequilíbrio financeiro, e corroborando o empenho pelo cumprimento de obrigações pelo Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o fluxo de caixa estadual.

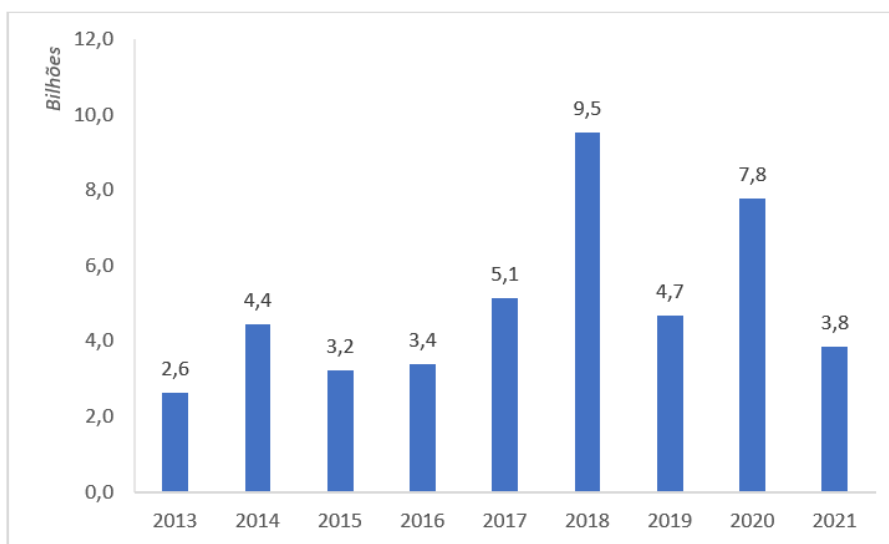
2.10. Acredita-se, portanto, ser possível, o retorno à trajetória de recuperação das finanças públicas do Estado, permitindo o ajuste fiscal e o reequilíbrio financeiro, e corroborando o empenho pelo cumprimento de obrigações pelo Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o fluxo de caixa estadual, conforme demonstrado pela redução da inscrição de restos a pagar, Gráfico II, e pelo pagamento e cancelamento de restos a pagar, Gráfico III, resultando numa diminuição do estoque de restos a pagar nos anos de 2018 a 2020.

## GRÁFICO II – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR



Fonte SIAFE-Rio

### GRÁFICO III – PAGAMENTO/CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR



Fonte SIAFE-Rio

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO CENÁRIO ATUAL

3.1. O Programa de Redução de Passivos realizado pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ pretende reduzir o estoque de restos a pagar do Governo do Estado do Rio de Janeiro através de ações de curto, médio e longo prazo. O montante referente ao universo do programa engloba o volume total dos RPs relativos aos exercícios de 2012 a 2020 no total de R\$ 10.591.733.481,79, Tabela I, inscritos no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio, extraído em 21/09/21, e pendentes de pagamento.

### TABELA I – VALORES DE RESTOS A PAGAR DISTRIBUÍDOS ENTRE GRUPO DE DESPESA

<i>Em reais</i>	
Grupo de Despesa	Valor
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	679.604.285,59
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.505,79
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.384.283.066,11
4 - INVESTIMENTOS	518.830.093,16
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	8.003.053,59
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.005.477,55
<b>Total Geral</b>	<b>10.591.733.481,79</b>

*Fonte SIAFE-Rio*

3.2. Dentre as medidas para o ajuste do estoque se faz necessário ações de correções e baixas contábeis de passivos que já foram pagos ou mesmo inscrições indevidas. Assim, é imprescindível a análise pormenorizada do estoque separados por grupos relevantes de RPs, Tabela II, levando-se em conta a natureza de despesa. Dessa forma, será avaliado os saldos remanescentes de RPs pela natureza de despesa.

3.3. Com a finalidade de adoção de medidas necessárias para correções e baixas contábeis de passivos, foi adotada a classificação por grupos de acordo com a natureza de despesa, assim, os RPs foram agrupados levando em conta a origem e sua natureza de despesa, conforme segue:

- a) **REPASSES AOS MUNICÍPIOS:** Transferências para os Fundos Municipais, refere-se a transferências do ERJ para os seus municípios na modalidade de aplicação 40 - Transferências a Municípios e modalidade 46 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios;
- b) **REPASSES ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO:** Transferências às unidades escolares principalmente para cobrir despesas de caráter finalístico, refere-se a transferências financeiras nos subitens de despesas 97 e 98, chamados de Regime de Desembolso Descentralizado;
- c) **AUXÍLIOS AOS PESQUISADORES:** Repasses da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ para pessoas físicas com o objetivo de financiar projetos de pesquisa no elemento de despesa 20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores;
- d) **REPASSES ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS:** repasses da FAPERJ para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC na modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades;
- e) **PESSOAL:** Despesas com Proventos, Gratificações, Auxílios, Pensões etc. cujos Grupos de Despesas são 1 – Pessoal e Encargos Sociais e 3 – Outras Despesas Correntes, sendo desta apenas os elementos de despesa 01 – Proventos, 03 – pensões, 05 – Benefícios Previdenciários, 08 – Auxílios, 18 – Auxílio Financeiro a Estudantes, 19 – Auxílio Fardamento, 46 – Auxílio Alimentação, 49 – Auxílio Transporte, 59 – Pensões Especiais e 92 – Despesas de Exercícios Anteriores relacionadas com pessoal e encargos; e
- f) **OUTROS:** Demais valores inscritos em restos a pagar que não foram classificados nos grupos acima e que já fazem parte de outros estudos realizados, como exemplo os valores devidos aos fornecedores, valores inscritos referentes a precatórios e passivos com o Governo Federal.

**TABELA II – ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR POR TIPO DE NATUREZA DE DESPESA**

Natureza de Despesa	Valor	Em reais
		%
REPASSES AOS MUNICÍPIOS	5.241.190.230,04	49%
REPASSES ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO	1.360.195.818,55	13%
AUXÍLIOS AOS PESQUISADORES	241.373.944,92	2%
REPASSES ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS	168.765.897,69	2%
PESSOAL	748.037.896,47	7%
OUTROS	2.832.169.694,12	27%
<b>Total Geral</b>	<b>10.591.733.481,79</b>	<b>100%</b>

Fonte SIAFE-Rio

### 3.4. REPASSES AOS MUNICÍPIOS

3.4.1. Como visto, parcela significativa do estoque de RPs, cerca de 49%, refere-se a transferências do ERJ para seus municípios, totalizando R\$ 5.266.940.230,04, divididos nas seguintes Unidades Orçamentárias - UO:

**TABELA III – ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR DE REPASSES AOS MUNICÍPIOS**

Unidade Orçamentária	Em reais
	Valor
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	5.224.058.161,14
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS	14.747.688,90
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	1.700.500,00
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	683.880,00
<b>Total Geral</b>	<b>5.241.190.230,04</b>

Fonte SIAFE-Rio

3.4.2. O Fundo Estadual de Saúde - FES concentra grande parte de todo o valor inscrito em RPs nas modalidades já citadas e tiveram como origem das transferências diversas resoluções da Secretaria de Estado da Saúde além do Programa de Incentivo Financeiro aos Municípios em Saúde – PROMUNI.

3.4.3. Instituído pelo Decreto nº 46.094 de 22 de setembro de 2017, o PROMUNI, visa o incremento das condições de saúde da população de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro. Os valores referentes aos incentivos são transferidos do FES para os Fundos Municipais de Saúde – FMS. Contudo, volume significativo dos valores previstos de transferências foram empenhados, liquidados e não pagos.

### 3.5. REPASSES ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO

3.5.1. Para este levantamento, foram considerados como Repasses para Unidades de Educação as descentralizações de recursos financeiros para os componentes organizacionais integrantes da própria estrutura administrativa da Unidade Gestora responsável pela escrituração contábil, o chamado Regime de Desembolso Descentralizado (subitens 97 e 98).

3.5.2. A referida descentralização objetiva dotar os componentes organizacionais de meios eficientes, capazes de proporcionar maior êxito na gestão e na realização das metas previstas, minimizar a ocorrência de entraves administrativos e burocráticos, bem como agilizar a execução de recursos para compras de materiais, prestação de serviços e despesas afins, de acordo com regulamentação interna própria de cada entidade, que disporá minimamente sobre os critérios para concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos descentralizados.

3.5.3. Tal como ocorre nas transferências aos municípios citadas no item anterior, as despesas foram empenhadas, liquidadas e não pagas, conforme observado na tabela a seguir discriminado pela respectiva unidade orçamentária:

**TABELA IV – ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR DE REPASSES ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO**

<i>Em reais</i>	
Unidade Orçamentária	Valor
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA	820.292.995,54
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	527.008.582,49
FUND CENTRO DE CIÊNC E EDUC SUP À DISTÂNCIA	12.891.240,52
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>1.360.195.818,55</b>

*Fonte SIAFE-Rio*

### 3.6. AUXÍLIOS AOS PESQUISADORES

3.6.1. Os Auxílios aos Pesquisadores são recursos financeiros concedidos pela FAPERJ para a execução de projetos de pesquisa, projetos de desenvolvimento tecnológico ou de inovação, individuais ou coletivos, objetivando o progresso da ciência, da tecnologia e da inovação, resultando na melhoria da qualidade de vida no Estado no Rio de Janeiro.

3.6.2. A FAPERJ financia e apoia programas e projetos de pesquisa individuais ou institucionais, colaborando na modernização e criação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de projetos de pesquisas realizados em instituições públicas ou privadas no estado do Rio de Janeiro; intercâmbio e a formação de pesquisadores e recursos humanos mediante a concessão de bolsas de pesquisa e tecnologia; ações que visem a atualização ou a modernização curricular do ensino, de professores e pesquisadores nas áreas de ciência e tecnologia, em todos os níveis entre outras atividades.

3.6.3. Do estoque de RP, R\$ 243,1 milhões referem-se há valores liquidados e não pagos nos subitens de despesa 20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES.

### 3.7. REPASSES ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS

3.7.1. Além dos Auxílios aos Pesquisadores, a FAPERJ possui em seu estoque de RP R\$ 168,8 milhões referente aos repasses à FATEC oriundos de transferências cadastradas como convênio Intra-OFSS e serviços especializados, na modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**TABELA V – ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR DE REPASSES ENTRE ÓRGÃOS ESTADUAIS**

<i>Em reais</i>	
Subitem de Despesa	Valor
33913984 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	70.000.000,00
33914101 - TRANSFERÊNCIAS CADASTRADAS COMO CONVÊNIO INTRA-OFSS NO SIAFEM	98.765.897,69
<b>Total Geral</b>	<b>168.765.897,69</b>

*Fonte SIAFE-Rio*

### 3.8. PESSOAL

3.8.1. Outro importante grupo diz respeito aos restos a pagar relativos a despesas de pessoal, aqui compreendida as despesas inscritas em restos a pagar no grupo de despesa 1- Pessoal e Encargos Sociais e despesas classificadas no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes referente a despesas com proventos, pensões, auxílios entre outros.

3.8.2. Com montante de R\$ 748 milhões, as despesas relacionadas com pessoal correspondem a 7% do total do estoque de RPs e estão distribuídas em diversas Unidades Orçamentárias - UO, conforme observa-se na tabela abaixo:

**TABELA VI – ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR DE PESSOAL**



Em reais	
Unidade Orçamentária	Valor
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	109.095.587,14
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	201.891.670,44
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	113.050.415,50
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL	79.614.878,91
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA	71.682.129,83
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ	56.079.060,32
DEMAIS	116.624.154,33
<b>Total Geral</b>	<b>748.037.896,47</b>

Fonte SIAFE-Rio

3.8.3. Importante destacar que dentre as principais despesas consideradas, parcela significativa pertence a despesas relacionadas a subitens de Proventos, Pensões e Décimo Terceiro salários, contudo, s.m.j., não há pagamentos a servidores, aposentados e pensionistas em atraso no ERJ, o que demonstra a necessidade de avaliação da correta inscrição desses valores.

#### 4. MEDIDAS DE AJUSTES

4.1. Como visto, o presente levantamento apontou valores significativos agrupados de acordo com a natureza de despesa totalizando R\$ 7,760 bilhões, o que representa 73% do estoque atual de RPs. Desta forma, do montante atual do estoque de restos a pagar de R\$ 10,592 bilhões, estima-se que cerca de R\$ 8,246 bilhões, concernente aos grupos aqui expostos, requerem atenção quanto a vigência dos passivos para a adoção de medidas necessárias para a correção de inconsistências encontradas no estoque.

4.2. Vale destacar que do estoque atual de restos a pagar, R\$ 434.587.600,94 são despesas intraorçamentárias e que não são elegíveis como medida para o Plano de Recuperação Fiscal - PRF, resultando no montante de R\$ 10.157.145.880,85, dos quais R\$ 7.945.546.804,94 podem ser considerados para fins do PRF.

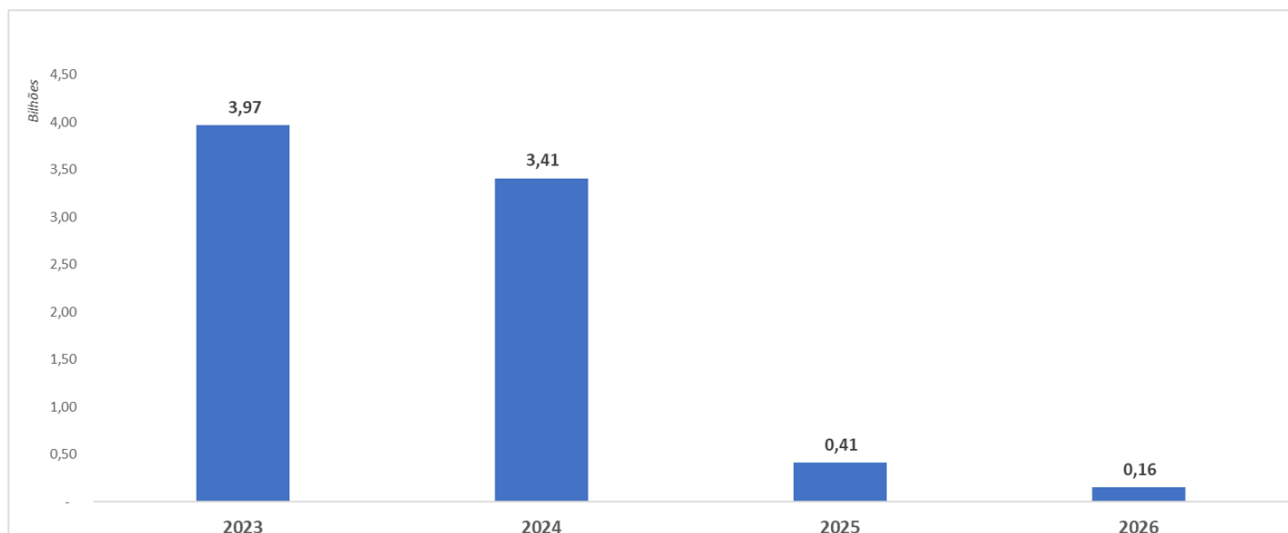
4.3. Tais inconsistências podem ter ocorrido devido aos arrestos judiciais que provocaram duplicidade de registros contábeis, bem como registro de saldos de contas que deveriam ser registradas em conta diversa de restos a pagar, frente ao grande número de bloqueios/arrestos/sequestros ocorridos nas contas estaduais, necessita-se correta regularização contábil da despesa, com base nas rotinas contábeis previstas pela Contadoria Geral do Estado.

4.4. Também devem ser realizadas auditorias para correções de restos a pagar, por meio de baixas contábeis e cancelamento por falta de prestação de serviço e registros contábeis equivocados. Por sua vez, pretende-se negociar os repasses pendentes com os entes envolvidos e realizar leilão de pagamento a fornecedores.

4.5. Ademais, só em 2021 já foram reduzidos R\$ 3.841.368.933,72 em restos a pagar e com previsão de baixar mais R\$ 2.345.197.154,31 até o fim deste exercício.

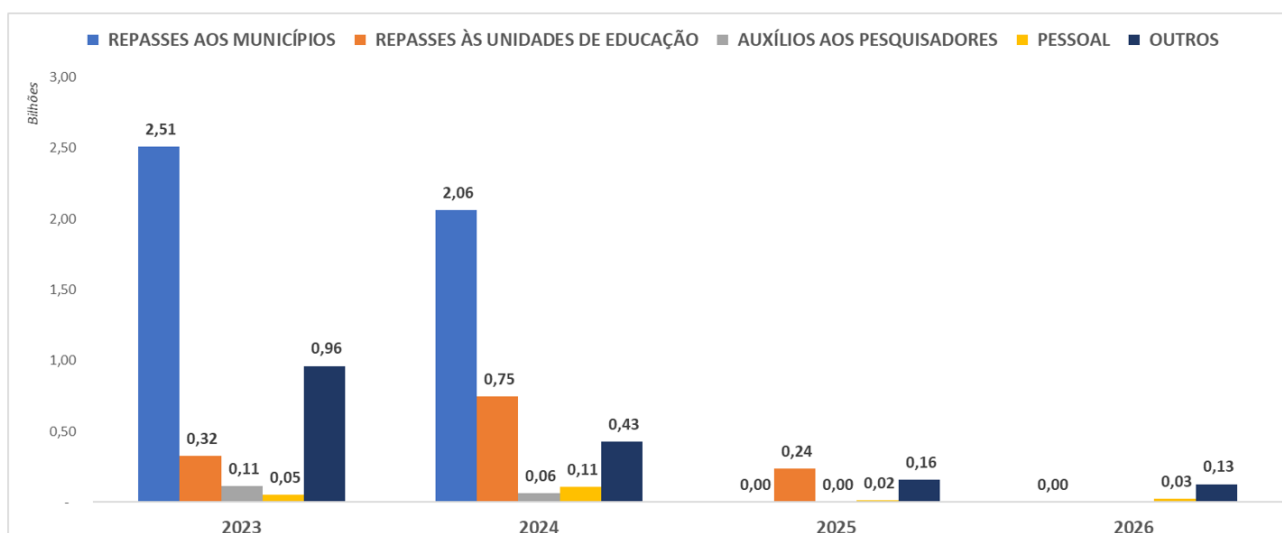
4.6. Conforme a possibilidade de redução de R\$ 7.945.546.804,94 de restos a pagar, explicitada nesta Nota Técnica, deve ser considerada a implementação de tal medida durante a vigência do Novo Plano de Recuperação. Estima-se o seguinte cronograma de redução de tal montante de restos a pagar:

#### GRÁFICO IV – CRONOGRAMA ANUAL DE REDUÇÃO DE RESTOS A PAGAR



Fonte SIAFE-Rio

### GRÁFICO V – CRONOGRAMA ANUAL DE REDUÇÃO DE RESOS A PAGAR POR NATUREZA DE DESPESA



Fonte SIAFE-Rio

## 5. CONCLUSÃO

5.1. Consoante a previsibilidade de redução dos restos a pagar tema dessa Nota, no decorrer dos anos de 2022 a 2026, tal medida deve ser considerada no Plano de Recuperação Fiscal. Estima-se que a redução a ser realizada alcance R\$ 7.945.546.804,94.

## DOCUMENTOS RELACIONADOS

Anexo Ficha de monitoramento de Restos a Pagar (23001749)

Dessa forma, encaminho para análise e considerações superiores.



**Rafael Carvalho Falcão**  
Superintendente de Gestão do Caixa Estadual  
ID 5109320-0

De acordo,

**Roberto Gomides de Barros Filho**  
Subsecretário do Tesouro  
ID 5006931-4



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Carvalho Falcão, Superintendente**, em 01/10/2021, às 20:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Gomides de Barros Filho, Subsecretário**, em 01/10/2021, às 20:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **22942187** e o código CRC **A078925A**.